



Universidade Federal do Ceará Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

FORMULÁRIO PARA CRIAÇÃO DE COMPONENTE CURRICULAR

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA:		
Programa	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO E DESIGN - PPG-AU+D UFC	
2. TIPO DE COMPONENTE:		
Atividade ()	Disciplina ()	Módulo (x)
3. NÍVEL:		
Mestrado (x)	Doutorado ()	
4. IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE:		
Nome:	Sistema de Informação Geográfica e Regulação Territorial	
Código:	AUD004	
Carga Horária		
Nº de Créditos:		
Optativa:	Sim (x)	Não ()
Obrigatória:	Sim ()	Não (x)
Área de Concentração:	PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E ARQUITETÔNICO	
5. DOCENTE RESPONSÁVEL: Clarissa F. Sampaio Freitas		
6. JUSTIFICATIVA:		
<p>O contexto global de desregulamentação e des-responsabilização do Estado quanto a políticas sociais tem produzido consequências diretas no processo de produção do espaço urbano. Na América Latina, se por um lado a abertura política pós-ditadura produziu um ambiente político favorável para movimentos de ampliação de direitos (inclusive aqueles relacionados à pauta urbana), por outro lado, suas cidades experimentaram um forte avanço do capital imobiliário, alterando a conformação urbana na direção contrária. Tal oposição se expressa no Brasil com as dificuldades de efetivação de regulações territoriais includentes, alinhadas à pauta da reforma urbana, que pouco influenciou o modelo de desenvolvimento macroeconômico nacional. Destaca-se assim, a importância de produzir conhecimento sobre esta questão urbana da atualidade, revelando os efeitos, as potencialidades e os limites das políticas urbanas aplicadas neste contexto. Ressalta-se ainda a importância de avaliar esta questão tomando partido dos avanços tecnológicos recentes (TICs), que possibilitam a produção de um enorme volume de dados e informações tanto sobre a cidade real como sobre a cidade possível. Além da produção de dados, a disseminação dos mesmos entre os</p>		

diversos atores urbanos tem se mostrado um mecanismo eficaz de fomentar movimentos de ampliação da democratização da gestão urbana.

7. OBJETIVOS:

A disciplina problematiza o distanciamento entre as regulações territoriais e o ambiente construído das cidades brasileiras, fenômeno relacionado a diversos fatores, dentre os quais se destacam a adoção de modelos importados de planejamento urbano, e a desconsideração da realidade sócio-econômica local. Pretende refletir sobre os efeitos das regulações urbana, que potencializam um cenário de informalidade, produzindo um ambiente urbano de péssima qualidade e perpetuando uma condição de sub-cidadania de uma parcela significativa da população urbana. Para analisar a dimensão espacial /urbanística do problema, serão utilizadas técnicas de Sistemas de Informações Geográficas e Modelagem Espacial. Para analisar a dimensão política da questão, desenvolveremos no aluno uma perspectiva analítica fazendo uso de estudos de casos no contexto nacional e internacional e de estudos da teoria urbana crítica.

8. EMENTA:

Métodos de produção e análise da informação urbanística voltada para dar suporte à formulação de regulações territoriais. Noções de análise espacial e SIG: Tipo de dados espaciais; Georeferenciamento, Visualização de dados e Sobreposição espacial (overlay), dados socioeconômicos, ambientais e a regulação. Modelos descritivos e normativos de ocupação do território: Aspectos quantitativos e formais do processo de ocupação do território; Interação entre modelagem da forma urbana e as pesquisas empíricas dos assentamentos urbanos; Indicadores urbanísticos: Densidade populacional e construtiva; estoque de potencial construtivo; relação entre espaço construído e espaço aberto; relação entre espaço público e privado; comprimento de redes.

Reflexões sobre as regulações territoriais urbanas brasileiras, seus pressupostos e seus efeitos no contexto sócio-espacial existente. Estudo da relação entre os assentamentos informais e o planejamento urbano, destacando o significado político-social da informalidade urbana. Avaliação de casos concretos de políticas urbanas concebidas para planejar os assentamentos informais, seja sob uma perspectiva preventiva ou curativa. Teoria do Planejamento Urbano. Produção e análise de dados e informações a respeito dos fenômenos analisados, utilizando-se de técnicas de análise espacial, e em particular Sistemas de Informação Geográfica. Métodos de produção e análise da informação urbanística voltada para dar suporte à formulação de regulações territoriais. Modelos descritivos e normativos de ocupação do território: Aspectos quantitativos e formais do processo de ocupação do território.

9. PROGRAMA DA DISCIPLINA/ATIVIDADE/MÓDULO:

Secção 01: Planejamento para o direito à cidade

Esta primeira parte do curso ira discutir algumas regulações includentes no Brasil, a luz da teoria do planejamento urbano, destacando questões de cidadania e informalidade. Nivelará conhecimentos a respeito do Estatuto da Cidade, um instrumento de planejamento urbano brasileiro que representa uma resposta às demandas por direito à cidade por parte dos movimentos sociais urbanos no período da redemocratização brasileiro, enfocando seus desafios para enfrentar uma tendência estrutural de desenvolvimento desigual. Ao termino dessa secção 01 o aluno devera identificar um estudo de caso e submeter um plano de trabalho para o artigo final da disciplina.

Secção 02: O fenômeno: Conceituando Informalidade Urbana

A segunda secção ira aprofundar a compreensão teórica a respeito do fenômeno da informalidade urbana, suas diversas formas de manifestação ao redor do mundo e suas causas. Como uma das causas pouco discutidas, destacam-se as políticas de planejamento e regulações territoriais que possuem efeitos sobre o acesso à terra urbanizada e à propriedade fundiária. Uma das questões importantes nesta discussão é o argumento de que a informalidade urbana não pode ser compreendida apenas como produto da pobreza ou outros fatores externos à dinâmica urbana, mas estaria também associada a certos modelos de planejamento urbano. Destacam-se em particular as normativas urbanísticas, e os efeitos da imposição de modelos restritivos. Essa discussão conceitual será ilustrada com a apresentação de situações de informalidade urbana ao redor do mundo.

Secção 03: As soluções: mudanças das políticas de enfrentamento da questão dos assentamentos informais

Essa terceira secção oferece um panorama histórico a respeito da evolução das políticas de enfrentamento da informalidade urbana no mundo, que refletem uma clara alteração na compreensão do fenômeno pela sociedade. Busca uma perspectiva ampla e relacional da questão, frequentemente ausente das politicas implementadas. Desde o inicio da urbanização das cidades periféricas assentamentos informais foram descritos como ilegais, como soluções temporárias de moradia e ambientes insalubres. Formulações posteriores alinhadas ao discurso de diminuição do papel do Estado têm celebrado os assentamentos informais como soluções para o problema da habitação. Entretanto poucas políticas / iniciativas urbanas levam em consideração os fatores estruturais que produzem a informalidade e a precariedade. Tendo como base uma perspectiva ampliada (tanto na dimensão temporal como espacial), esta secção discutira as conseqüências e os significados de tais mudanças.

Secção 04: Estudos de caso

Ao final do semestre serão reservadas algumas aulas para apresentação dos

estudos de casos desenvolvidos pelos alunos.

10. FORMA DE AVALIAÇÃO:

O desempenho do aluno será avaliado a partir de dois componentes. O primeiro valerá 30% da menção final e considerará aspectos como sua disciplina e participação em sala de aula, pontualidade, realização das leituras recomendadas e demais tarefas cotidianas. O segundo componente corresponderá a 70% da menção e refere-se a um artigo a ser entregue ao final do curso que será desenvolvido ao longo do semestre acadêmico. Este artigo conterá 03 partes que serão submetidas ao final de cada seção da disciplina. Informações adicionais sobre o conteúdo e organização do artigo, assim como fontes de pesquisa sobre casos pertinentes serão entregues pelo professor separadamente no início das aulas.

11. BIBLIOGRAFIA:

- Al Sayyad, N., & A. Roy. (2004). *Modernidade Medieval: Cidadania e Urbanismo na era Global*. *Novos Estudos* (85): Nov 2009. Disponível em: http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/143/20091215_07_alsayyad_p104a129.pdf
- Al Sayyad, N., & A. Roy. (2004). *Urban informality: Crossing borders*. In N. Al Sayyad & A. Roy (Eds.), *Urban Informality: Transnational perspectives from Middle East, Latin America and South Asia* (pp. 1-6). New York NY: Lexington Books.
- ARANTES, Pedro Fiori. O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades. *Pós*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, São Paulo, n. 20, p. 60-75, dec. 2006. ISSN 2317-2762. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43485>. Acesso em: 29 July 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i20p60-75>.
- Biderman, Ciro (2008) *Informality in Brazil: Does Urban Land Use and Building Regulation Matter?* Lincoln Institute of Land Policies. 55 pages; Inventory ID WPO8CB1; English. Disponível em: http://www.lincolninst.edu/pubs/1499_Informality-in-Brazil
- Carvalho, Celso S., & A. Rossbach, (Eds.). *O Estatuto da Cidade : comentado*. São Paulo : Ministério das Cidades : Aliança das Cidades, 2010.
- Clichevsky, Nora (2006). *Previniendo la informalidad urbana en América latina y el Caribe*, 63, ISBN 92-1-322858-9 ISSN electrónico 1680-8886. Serie Medio Ambiente y Desarrollo N° 124, CEPAL / Naciones Unidas, mayo 2006, Santiago de Chile, Chile. Disponible en: <http://www.cepal.org/es/publicaciones/5663-previniendo-la-informalidad-urbana-en-america-latina-y-el-caribe>
- Cymbalista, Renato. "Regulação urbanística e morfologia urbana". *Pólis Publicações* (Instituto Polis), n. 32, 1999, p. 75 -90.
- Fernandes, E. (2007) *La Ley e la Produccion de la Ilegalidad urbana. Perspectivas urbanas*. In (Eds) Smolka, Martim O. and Laura Mullahy. *Perspectivas urbanas: Temas críticos en políticas de suelo en America Latina* Disponível em: http://www.lincolninst.edu/pubs/1180_Perspectivas-urbanas
- Fernandes, E. (2012). *Regularização de Assentamentos Informais na América Latina*, Lincoln Institute of Land Policies. Disponível em:

https://www.lincolnst.edu/pubs/dl/1906_1225_Regularization%20PFR%20Rev%202012.pdf

FIX, Mariana. UMA PONTE PARA A ESPECULAÇÃO - ou a arte da renda na montagem de uma “cidade global”. Caderno CRH, Brasília, DF, 22.55, 24 08 2009. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=622>>. Acesso em: 29 07 2016.

Holston, J. (2013) Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. . (2013). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IBGE (2010). Aglomerados Subnormais - Informações territoriais. Retrieved from:http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd_2010_agrn_if.pdf

Magalhães, Alex F. (2013) O Direito das Favela. Ed. Letra Capital. Rio de Janeiro.

Magalhaes, Alex F. (2015). A lawyer responds: What is a favela? Retrieved from <http://catcomm.org/lawyer-on-favela/>

Martins, M. L. R. (2006) Moradia e Mananciais: Tensão e diálogo na Metrópole. São Paulo: FAUSP/ Fapesp.

Meta Berghauer Pont, Per Haupt. Spacematrix: Space, Density and Urban Form. Design: Studio Joost Grootens, Illustrated (colour and b/w), Hardback, 280 pages, size: 17 x 24 cm

Ministério das Cidades (2010). Guia para Mapeamento e Caracterização dos Assentamentos Precários. Retrieved from:http://www.sst.sc.gov.br/arquivos/id_submenu/230/mapeamento_ass_precarios.pdf

MirafTAB, F. & Kudva, N. (Eds.), (2014) Cities of the global South reader (pp. 277-294). New York, NY: Routledge.

Moretti, R. de S.. Normas urbanísticas para habitação de interesse social: Recomendações para elaboração. São Paulo: Finep/ IPT/ Ministério do Planejamento. Governo Federal, 1997.

Mukhija, V. & A. Loukaitou-Sideris, (Eds)(2014), The Informal American City: Beyond Taco Trucks and Day Labor, Cambridge, MIT Press.

Netto, Vinicius de Moraes; SABOYA, Renato. A urgência do planejamento: a revisão dos instrumentos normativos de ocupação urbana. Arquitectos (São Paulo), v. 125, p. 125.02, 2010.

Payne, G. (2005). Getting ahead of the game: A twin-track approach to improving existing slums and reducing the need for future slums. Environment & Urbanization, 17 (1), 135-145.

Pereira, G. C. ; Silva, B. C. N. . Geoprocessamento e Urbanismo. In: Lucia Helena de Oliveira Gerardi; Iandara Alves Mendes. (Org.). Teoria, Técnicas, Espaços e Atividades: temas de Geografia contemporânea. 1 ed. Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia - UNESP; AGETEO, 2001, v. , p. 97-137.

Rolnik, Raquel. Regulação Urbanística no Brasil: Conquistas e Desafios de um modelo em construção. Anais do Seminário Internacional: Gestão da Terra Urbana e Habitação de Interesse Social, PUCCAMP, 2000.

Roy, A.(2005). Urban informality: Toward an epistemology of planning. Journal of the American Planning Association, 71 (2), 147-158.

Saboya, Renato. Análises Espaciais em Planejamento Urbano. Novas Tendências. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V.3 2000.

Smolka: M. Informalidade urbana: o problema que é parte da solução, a solução que é parte do problema. In (Eds) Alfonsin, B. e Fernandes, E. A Lei e a Ilegalidade na produção do espaço urbano.

Turner, J. (1977). Housing by people: Towards autonomy in building environments. New York, NY: Pantheon Books.

Van Ballegooijen, J.; R. Rocco. (2013). The ideologies of informality: Informal urbanization in the architectural and planning discourses, Third World Quarterly, 34 (10),

1794-1810.

Bibliografia Complementar

- Blanco, A. (2012). Discourses of land allocation and natural property rights: Land entrepreneurialism and informal settlements in Bogota. *Planning Theory* 11(1), 20-43.
- Davis, Mike (2006). *Planeta Favela*. Ed. Boitempo: 2006.
- Freitas, C. F. S. (2015) Fighting for Planning for the First Time, in Fortaleza, Brazil.. *Progressive Planning*. , v.204, p.11 - 14, 2015.
- Freitas, C. F. S. (2016) Regulações territoriais e expansão urbana informal: é possível preservar e incluir?. Paranoá (UnB), 2016.
- Freitas, C. F. S.; Gomes, V. G.; Borges, M. (2013) Planejamento urbano com uso de sistema de informação geográfica: o caso de Feira de Santana, BA. *Universitas: Arquitetura e Comunicação Social*. , v.10, p.35 - 45, 2013.
- Friedmann, J. The Latin American barrio movement as a social movement: Contribution to a debate. *International Journal of Urban and Regional Research*, 13(3), 501-510.
- Gilbert, A., & L. Ward. (1985). Access to land. In A. Gilbert & L. Ward (Eds.), *Housing, the state and the poor* (pp. 61-129). Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Hariss, R. (2012) International policy of urban housing markets in the global South since 1945 In F. Mirafitab & N. Kudva (Eds.), *Cities of the global South reader* (pp. 122-133). New York, NY: Routledge.
- Irazabal, C. Citizenship, democracy and public space in Latin America. In C. Irazabal (Ed.), *Ordinary places, extraordinary events: citizenship, democracy and public space in Latin America* (pp. 11-34). New York, NY: Routledge. 2008.
- Mirafitab, F. (2012) Rachel Weber & Randall Crane (Eds.), *Oxford Handbook of Urban Planning* (pp. 1180-1204). Oxford, UK: Oxford University Press.
- Motta, Diana Meireles da. *Politica Urbana e regulação do uso do solo: implicações e análises dos instrumentos de planejamento e gestão*. Dissertação UNB. 1998.
- Smolka and Biderman. (2009). *Measuring informality: Why bother?* In *Land Lines* April 2009. Available at: http://www.lincolnst.edu/pubs/1581_Measuring-Informality-in-Housing-Settlements
- Smolka, M., & C. Biderman. (2011). *Housing informality: An economist's perspective on urban planning*. Lincoln Institute of Land Policy. Retrieved from https://www.lincolnst.edu/pubs/dl/1918_1288_Smolka-Biderman-WO11MS2-Revised-ENG_Final.pdf
- United Nations (2003). *The challenge of Slums*. UN-HABITAT. Available at: <http://mirror.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=1156>
- ZORICA, and Knapp. *Measuring Patterns of Urban Development: New Intelligence for the War on Sprawl*. Lincoln Institute of Land Policies Working Papers. 2005.

Trâmite/Aprovação nas Instâncias Colegiadas:

I. Aprovado em Reunião do Colegiado da Coordenação do Curso em:

Fortaleza, ____/____/____

Coordenador(a)

II. Aprovado em Reunião do Conselho de Departamento em:

Fortaleza, ____/____/____

Chefe do Departamento

III. Aprovado em Reunião do Conselho de Centro/Faculdade em:

Fortaleza, ____/____/____

Diretor(a)

IV. Aprovado em Reunião do Conselho de Ens, Pesq e Extensão em:

Fortaleza, ____/____/____

Pró-Reitor(a) de Pesquisa e Pós-Graduação